

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 08200.020293/2022-11

2. Descrição da necessidade

As contratações na Administração Publicação Federal são norteadas por diversas normas constitucionais, legais e infralegais, além de vários princípios fundamentais, que demandam dos agentes públicos um variado conhecimento interdisciplinar em áreas como direito administrativo, direito constitucional, direito civil, direito trabalhista, orçamento público, entre outros.

Ademais, os profissionais que laboram na área também precisam estar atentos às diversas atualizações normativas, como a recém promulgada Lei n. 14.133/2021, que reformulou os regramentos a serem observados no âmbito das compras públicas. Dessa forma, cabe aos servidores atuantes na área de licitações e gestão contratual o aprimoramento contínuo de seus conhecimentos, a fim de exercer suas atividades de forma eficiente.

O aprofundado conhecimento a respeito dos variados temas relacionados às contratações públicas é necessário para que os servidores atuem com segurança jurídica, diminuindo a possibilidade de ocorrência de erros que possam ocasionar responsabilizações funcionais, bem como prejuízos ao erário.

Somente com o domínio desses conhecimentos é possível planejar, realizar e gerenciar as contratações de serviços e bens de maneira eficiente, eficaz e efetiva, de forma a trazer para a Administração as melhores soluções disponíveis no mercado a um custo vantajoso e econômico.

O Tribunal de Contas da União, inclusive, recomenda a constante capacitação dos atores responsáveis pelas diversas etapas das licitações e contratações públicas, conforme se extrai dos seguintes julgados:

"Acórdão 2897/2019-TCU- Segunda Câmara- "avalie a conveniência e a oportunidade de prover capacitação contínua de servidores envolvidos na gestão e fiscalização de contratos com vistas a aperfeiçoar o setor de contratação";"

"Acórdão nº 8.233/2013 - Plenário - "realização, para os servidores que atuam na área de licitações e contratos, de treinamentos sobre licitações sustentáveis, fiscalização de contratos, serviços contínuos e outros correlatos, conforme recomendado no Acórdão 4.529/2012-TCU-1ª Câmara";"

"Acórdão 3.707/2015 - 1ª Câmara - "promova a capacitação continuada dos agentes responsáveis pela elaboração de procedimentos licitatórios e adote, formalmente, medidas administrativas que coibam a restrição à competitividade na elaboração de procedimentos licitatórios;"

"Acórdão 1.007/2018 - Plenário - "elabore e passe a adotar, rotineiramente, um programa continuado de implementação de ações de treinamento e atualização profissional periódica, com estabelecimento de prazos e metas, que tenha por objetivo o aprimoramento continuado de competências desempenhadas na área de licitações e contratos do HUCFF; por objeto, os temas necessários afetos a licitações e contratos realizadas no âmbito da unidade, inclusive o emprego dos sistemas operacionais aplicáveis; e, por público-alvo, todos os agentes lotados no Serviço de Licitações e Contratos do Hospital e outras subunidades competentes, se houver, bem como agentes designados como fiscais de execução contratual, que, efetivamente, sejam responsáveis pela prática de atos ao longo das fases interna e externa de contratações, consoante o âmbito das funções e atividades exercidas, informando, de forma periódica, o respectivo grau de cumprimento à Auditoria Interna da UFRJ, para acompanhamento"."

Nota-se que a recomendação para capacitação atinge todos os atores que executam atividades nas fases de planejamento, seleção do fornecedor, execução contratual e fiscalização.

Observando as necessidades de capacitação no âmbito de atuação da Coordenação-Geral de Administração da Polícia Federal (UASG 200334), constata-se que a contratação de serviços terceirizados é uma das áreas que mais desafiam os servidores públicos, considerando os desdobramentos e consequências que a referida contratação pode trazer para a Administração Pública, inclusive com responsabilização solidária.

Nesse cenário, propõe-se a contratação de evento de capacitação que aborde a temática de terceirização de serviços.

Prospectando o mercado, verifica-se que a empresa "Instituto Negócios Públicos do Brasil" oferece o evento de capacitação denominado "**3º Seminário Nacional de Terceirização de Bens e Serviços**", em que serão abordados temas atuais e relevantes como:

O cenário da terceirização na atualidade.

Abrangência da LGPD nos contratos de serviços e suas repercussões na fiscalização administrativa

Implantação de Gestão de Riscos na Terceirização. Das cautelas à estratégia.

As regras da habilitação para contratação de serviços continuados de acordo com a Lei 14.133/21. A difícil arte de qualificar os fornecedores sem restringir a competitividade.

Diretrizes para a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares em serviços terceirizados.

Duração dos contratos continuados, prorrogações e alterações contratuais: O que nos reserva a Nova Lei de Licitações e Contratos?

Aspectos polêmicos sobre a aplicação de penalidades e a rescisão de contratos administrativos por descumprimentos contratuais.

Como fiscalizar contratos terceirizados com e sem a dedicação exclusiva de mão de obra no regime atual e no regime da Lei 14.133/22.

Elaboração, análise e julgamento de planilhas de custos e formação de preços do Brasil.

Análise de cases práticos e insights necessários para a elaboração dos orçamentos estimativos da contratações de serviços: metodologia da IN 5/17; como estabelecer valores e percentuais de insumos; qual regime tributário adotar; dupla previsão de férias nas planilhas; estimativas para custo dos encargos rescisórios, entre outros.

Conflitos no julgamento das propostas: critérios para avaliação das propostas; apresentação de convenções coletivas e acordos diferentes dos previstos pela Administração; a problemática na análise de exequibilidade na dupla alocação das férias; análise de exequibilidade de itens de custos variáveis e incertos como o vale-transporte; regime tributário das empresas e seus reflexos; percentual de lucro e despesas indiretas irrisórias entre outros

Impasses na análise das planilhas na fase de gestão contratual: prorrogação do prazo de vigência e os custos não renováveis já pagos ou amortizados, tais como aviso prévio trabalhado, férias e outros, alteração de enquadramento sindical, etc.

Glosa e retenção de pagamentos. Quando glosar e quando reter.

Como planejar e criar medições de qualidade para serviços – IMR na prática

Os principais desafios no uso dos mecanismos de controle e de riscos da conta-depósito vinculada e pagamento pelo fato gerador.

Atualização financeira dos contratos continuados através da repactuação, reajuste e a revisão do preço. Avanços e obstáculos trazidos pela Nova Lei de Licitações e Contratos.

Estratégias para a inovação, ganho de performance e desburocratização nas contratações de serviços terceirizados.

A capacitação na temática proposta converge com as necessidades da Polícia Federal, que deve contar com profissionais altamente capacitados e prontos para conduzir os trabalhos relacionados à contratação de serviços terceirizados, especialmente os que envolvam dedicação exclusiva de mão-de-obra.

Na mesma esteira, o evento de capacitação está em consonância com as diretrizes do planejamento estratégico do órgão, e com o Programa de Desenvolvimento de Pessoas - PRODEP para o quadriênio 2020/2023, que estabelece os objetivos institucionais e a indicação das áreas estratégicas de capacitação.

Nesses termos, o principal objetivo da contratação é promover o aprimoramento profissional dos servidores da instituição, proporcionando a formação, capacitação e atualização dos agentes públicos para licitar, fiscalizar e gerenciar as contratações de serviços, em especial dos terceirização, no âmbito da Administração Pública Federal.

Além disso, conta com uma carga horária de **32h**, o que é um fator importante tendo em vista a necessidade de tempo para aprofundamento do tema pelos docentes, para resolução de dúvidas e para o aprendizado teórico-prático do extenso conteúdo pelos participantes.

Oportuno destacar que não foram encontrados cursos equivalentes em Brasília/DF abrangendo o conteúdo programático descrito acima, conforme demonstrado no processo nº 08200.020369/2022-16 em especial a Informação nº 25110974.

Logo, propõe-se a participação de pelo menos nove servidores no mencionado evento, cuja atividade laboral está diretamente relacionada com a temática do evento. Esse número corresponde a parte dos servidores que atuam na Divisão de Licitações e Contratos da Polícia Federal responsáveis pelas condução de certames licitatórios, gestão e fiscalização contratual.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DICON/CGAD/DLOG/PF	DEBORAH RODRIGUES AFONSECA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A ação de capacitação deve ser realizada no formato presencial, em ambiente adequado, com disponibilização de todos os materiais, equipamentos e recursos necessários ao aperfeiçoamento profissional

A escolha pela modalidade presencial se justifica em razão do melhor aproveitamento quando comparado aos eventos realizados de forma on-line. Em pesquisa realizada com servidores do órgão que atuam na área de licitações e contratos, observou-se que grande parte não consegue se afastar de suas atividades laborais quando participam de eventos no formato on-line.

Nesse contexto, as aulas presenciais, com ambiente exclusivo e propício ao treinamento, tendem a ser mais proveitoso aos alunos, já que aumenta o foco no treinamento profissional, facilitando o acesso aos professores e colegas de profissão em dúvidas pontuais que eventualmente podem surgir durante a explanação do tema ou de casos reais que são apresentados.

A troca de experiências também é um fator primordial nos eventos presenciais, que agrega conhecimento e auxilia os participantes em sua atuação diária, já que, em diversos casos, são levantadas questões reais com soluções práticas e inovadoras para a Administração Pública. Assim, pode-se afirmar que o intercâmbio de informações entre os servidores é de grande auxílio para a solução de questões que desafiam a criatividade dos agentes, principalmente naquelas em que a lei é silente e não houve uma posição definitiva dos órgãos de controle.

A contratada deverá prover o local para realização do treinamento em ambiente amplo, limpo e arejado, com espaço suficiente para abrigar todos os participantes, fornecendo materiais de apoio, como lápis, caneta, bloco de anotações e apostila com os temas a serem abordados. Além das instalações físicas e do material de apoio, todos os equipamentos e recursos tecnológicos para o bom andamento do treinamento serão custeados pela contratada, que detém expertise para quantificar e qualificar os objetos essenciais ao desenvolvimento das atividades e à interatividade dos participantes, com vistas ao melhor aproveitamento dos temas abordados.

A empresa deverá dispor de professores/palestrantes com notória especialização e experiência comprovada na temática proposta.

A carga-horária e o programa proposto para o evento deverão ser estritamente observados pela contratada.

Tomando por base as recomendações da doutrina e da jurisprudência de Órgãos de Controle e Tribunais Superiores, a capacitação deverá subsidiar os agentes públicos com as melhores práticas a serem adotadas na contratação de serviços, buscando caminhos legais e novas práticas operacionais nas quais estejam inseridas inovações que possam melhorar a performance e eficiência na prestação de serviços terceirizados.

Ao final do evento, deverá ser disponibilizado certificado para todos os participantes que tiveram aproveitamento no curso.

Deverão ser atendidos os requisitos de habilitação exigidos no Projeto Básico.

5. Levantamento de Mercado

Conforme explanado acima, os servidores que atuam na área de licitações e contratos da Coordenação-Geral de Administração da Polícia Federal (UASG 200334) carecem de capacitação na área de contratação de serviços terceirizados. Prospectando o mercado, foi encontrado o evento de capacitação denominado "3º Seminário Nacional de Terceirização de Bens e Serviços"

, promovido pela empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil - Estudos e Pesquisas na Administração Pública LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.498.974/0002-81, a ser realizado na cidade de Foz do Iguaçu/PR, nos dias 24 a 27 de outubro de 2022, com inscrição aberta a quaisquer interessados.

O evento satisfaz os requisitos almejados pela Administração Pública, contando com a presença de professores e palestrantes renomados, que poderão suprimir dúvidas, aconselhar e apresentar as bases e princípios necessários à escorreita atuação dos profissionais envolvidos, proporcionando a qualificação e atualização necessária para aqueles que trabalham com as contratações pública.

Considerando que o objeto do presente processo é o levantamento de soluções para capacitação de servidores, pode-se ventilar a hipótese de contratação por meio de Inexigibilidade de Licitação, conforme permissivo da alínea f, inciso III, artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõem:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal".

A Advocacia-Geral da União já emitiu parecer afirmando que a inexigibilidade de licitação é a forma adequada para contratação de cursos fechados para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal ou a inscrição em cursos abertos, conforme teor da Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009, com redação dada pela Portaria nº 382, de 21 de dezembro de 2018:

"Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, caput ou inciso II, da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pessoas naturais e jurídicas para ministrar cursos fechados para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal ou a inscrição em cursos abertos".

Esse também parece ser o entendimento do Tribunal de Contas da União, de acordo com trecho extraído da Decisão nº 439/1998:

"O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

1. considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666 /93";

No entanto, conforme doutrina e jurisprudência sobre o tema, para contratação de eventos de capacitação por meio de inexigibilidade de licitação, existe a necessidade de preenchimento de três pressupostos básicos, quais sejam: 1) serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; 2) natureza singular do serviço; e 3) notória especialização do contratado.

Esse é o teor da Súmula 252 da Corte de Contas:

"A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666 /1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado".

Cumprе ressaltar que embora as recomendações acima se referiram à Lei nº 8.666/93, continuam aplicáveis, salvo melhor juízo, às disposições da Nova Lei de Licitações e Contratos.

Assim, no que tange ao primeiro requisito, informa-se que a contratação em epígrafe visa, indiscutivelmente, à capacitação de servidores, de forma a contribuir com a evolução das competências dos agentes públicos, trazendo maior segurança em suas áreas de atuação. A capacitação proposta tende a agregar conhecimento na área de contratação de serviços terceirizados e conferir o norte necessário para tomada de decisões nas questões mais sensíveis relacionadas a este tipo de contratação.

Quanto à singularidade do serviço, parte da doutrina o conceitua como aquele que não pode ser reduzido a padrões objetivos de descrição e julgamento, ou seja, aquele que é impossível de definição, comparação e julgamento por parâmetros ou critérios objetivos, somado a uma complexidade especial, invulgar, extraordinária, sui generis, capaz de exigir um certo grau de confiança no executor, com menor risco possível para a contratação.

Sobre esse ponto, cabe destacar trecho do Acórdão 7.840/2013, da Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União analisando as disposições da Lei 8.666/93, mas, repita-se, ainda válidas para as contratações regidas pela nova lei de licitações contratos:

"8. Verifico, entretanto, que o requisito da singularidade de que trata o inciso II do art. 25 da Lei 8.666/1993 não se confunde com a ideia de unicidade. Ou seja, o fato de haver mais de uma empresa atuando em determinado segmento do mercado não é incompatível com a ideia de singularidade do objeto a ser contratado.

9. Até porque, caso o conceito de singularidade significasse um único sujeito possível de ser contratado, estar-se-ia diante de inviabilidade de competição subsumível diretamente ao caput do art. 25 da Lei 8.666/1993. Não teriam, pois, qualquer aplicabilidade as disposições do inciso II desse artigo, que exigem o atributo da singularidade para as contratações diretas de serviços especializados com profissionais e empresas de notória especialização.

10. A respeito, cito as seguintes ponderações constantes do voto condutor do Acórdão 1074/2013-TCU-Plenário:

15. Primeiramente, porque o conceito de singularidade não está vinculado à ideia de unicidade. Para fins de subsunção ao art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93, entendo não existir um serviço que possa ser prestado apenas e exclusivamente por uma única pessoa. A existência de um único sujeito em condições de ser contratado conduziria à inviabilidade de competição em relação a qualquer serviço e não apenas em relação àqueles considerados técnicos profissionais especializados, o que tornaria letra morta o dispositivo legal.

16. Em segundo lugar, porque singularidade, a meu ver, significa complexidade e especificidade. Dessa forma, a natureza singular não deve ser compreendida como ausência de pluralidade de sujeitos em condições de executar o objeto, mas sim como uma situação diferenciada e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado. (grifei)

11. Sob esse aspecto, entendo assistir razão ao recorrente quando afirma que a existência de outras empresas no ramo não afasta, por si, só a possibilidade de contratação direta. Nessa linha, cito, ainda, o seguinte posicionamento do Supremo Tribunal Federal em que se explicitou o requisito da "confiança" como um dos elementos justificadores da contratação direta de serviços especializados:

2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (AP 348, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 15/12/2006, DJe-072 DIVULG 02-08-2007 PUBLIC 03-08-2007 DJ 03- 08-2007 PP-00030 EMENT VOL-02283-01 PP-00058 LEXSTF v. 29, n. 344, 2007, p. 305-322) (grifei)

12. Ponderáveis, ainda, as lições de Marçal Justen Filho (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 14ª ed. p. 380):

A inviabilidade de competição também se verificará nos casos em que houver impossibilidade de seleção entre as diversas alternativas segundo um critério objetivo ou quando o critério da vantagem for incompatível com a natureza da necessidade a ser atendida. (grifei)

Nesse contexto, pode-se afirmar que o evento de capacitação pleiteado se configura como serviço singular, tendo em vista a grande complexidade dos temas que circundam a contratação de serviços terceirizados. Destaca-se, mais uma vez, que a temática abordada no evento é extremamente desafiadora para os profissionais que lidam na área, carregada de grandes debates e variadas discussões para mitigar os riscos da contratação, para definir os critérios de seleção do fornecedor, para definição dos custos da contratação, exigindo dos professores elevado grau de conhecimento e experiência.

Veja que os assuntos abordados guardam grau de complexidade que exige da instituição uma escolha adequada dos profissionais que ministrarão as palestras, com perfil necessário à explanação do conteúdo. Além do mais, o evento é voltado para os servidores que atuam nas diversas etapas das compras pública, fazendo com que o grau de confiança na instituição promotora seja considerado o fator primordial para o sucesso da contratação.

A logística física e operacional também caracteriza a singularidade do serviço, tendo em vista que a contratada necessita dispor de espaço adequado para acomodação do pessoal, com toda estrutura e aparato tecnológico para o bom andamento do evento, somado à necessidade de contar com colaboradores aptos a prestar todo o apoio necessário aos participantes.

Assim, não há dúvidas de que o serviço de capacitação pretendido guarda o quesito da singularidade, seja pelo tema proposto, pelos palestrantes e professores escolhidos e pela complexidade na organização e dinâmica de execução, exigindo um grau de confiança subjetivo por parte da Administração, que são resultados de experiências pretéritas e de avaliação de outros entes públicos.

Por fim, quanto à notória especialização, não se pode negar que o Instituto Negócios públicos se destaca no segmento de orientação, capacitação e treinamento de agentes públicos com uma diversidade de produtos e serviços específicos, especialmente voltados para áreas das compras públicas, além de contar com uma experiência com mais de 20 anos na realização de eventos, treinamentos e soluções na área de licitações e contratos, sendo agente multiplicador de conhecimentos, tendo como diferencial a excelência na qualidade de sua equipe de professores, atendimento e logística, com o objetivo de transmitir aos participantes as mais recentes atualizações legislativas e jurisprudenciais no âmbito dos processos licitatórios.

Dessarte, considerando que os serviços a serem contratados são para capacitação e aprimoramento de pessoal, de natureza singular, e considerando a notória especialização da instituição promotora, entende-se, salvo melhor juízo, que a presente contratação poderá ser formalizada por meio de inexigibilidade de licitação, fundamentada na alínea f, inciso III, artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.

Informa-se que não foram encontrados cursos equivalentes em Brasília/DF abrangendo o conteúdo programático da capacitação pretendida, conforme demonstrado no processo nº 08200.020369/2022-16 em especial a Informação nº 25110974.

6. Descrição da solução como um todo

A solução que se pretende contratar é a capacitação de servidores que atuam diretamente na área de compras públicas, englobando os atores responsáveis pelas fases de planejamento, elaboração do edital e seleção do fornecedor, gestão e fiscalização contratual.

Por se tratar de serviço técnico profissional especializado em treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, poderá ser contratado mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentado na alínea f, inciso III, artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.

Os serviços possuem natureza não continuada, definido como aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

Assim, por se tratar de evento de capacitação, a ser realizado em um período pré-determinado, não há que se falar em demanda continuada que se prolonga além do período informado, estando adstrita ao cumprimento das obrigações estabelecidas para as partes.

Por sua vez, enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

Ademais, a experiência nas contratações anteriores em eventos de capacitação permite dispensar a formalização de instrumento contratual, possibilitando a substituição do instrumento por Nota de Empenho, cuja obrigação se encerra com a execução e aceite pela Administração Pública, sem riscos para defeitos ou vícios detectados após a execução dos serviços.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A Divisão de Licitações e Contratos da Polícia Federal conta, atualmente, com 21 (vinte e um) servidores efetivos que executam diretamente atividades voltadas à realização de certames licitatórios, gestão e fiscalização contratual.

Além da execução das atividades, esta Unidade também presta apoio aos demandantes através do esclarecimento de dúvidas, revisão e criação de documentos, atuação como integrante administrativo na fase de planejamento, instrução processual, entre diversas outras atividades que auxiliam o bom andamento das contratações públicas, em todas as suas fases.

O cenário ideal de capacitação seria a participação de todos os servidores, porém, em razão de limitações orçamentárias, propõe-se a participação de no mínimo **09 (nove)** agentes públicos.

A proposição de participação acima corresponde aos servidores que atuam na área de licitação, na área de gestão contratual e na área de fiscalização.

Assim, a contratação do evento de capacitação será de fundamental importância para aprimorar a atuação de parte dos servidores da Divisão de Licitações e Contratos da Polícia Federal, que poderão atuar como multiplicadores do conhecimento, uniformizando os procedimentos de contratação pública no âmbito de atuação da unidade e auxiliando as demais unidades em eventuais dúvidas que possam surgir durante a instrução processual.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 33.210,00

O valor unitário para a contratação é de R\$ 3.690,00 (três mil seiscentos e noventa reais), sendo o valor total de R\$ 33.210,00 (trinta e três mil duzentos e dez reais).

Para analisar a vantajosidade na contratação, foram realizadas consultas ao Portal da Transparência e Notas de Empenho emitidas por outros entes para verificar se os preços cobrados pela instituição estão condizentes com o praticado para outros órgãos da Administração Pública, de acordo com o recomendado em trecho do Acórdão 1.565/2015 - Plenário, do Tribunal de Contas da União:

"Quanto ao preço, é certo que, mesmo nos casos de contratações diretas, deve ser justificado, a teor do art. 26, III, da Lei 8.666/93. Ressalte-se que este Tribunal tem entendido que a apresentação de cotações junto ao mercado é a forma preferencial de se justificar o preço em contratações sem licitação (dispensa de licitação), devendo ser cotadas, no mínimo, 3 propostas válidas de empresas do ramo; ou, caso não seja viável obter esse número de cotações, deve-se apresentar justificativa circunstanciada (Informativo TCU 188/2014). E, nos casos de inviabilidade de licitação, este Plenário se manifestou, conforme subitem 9.1.3 do Acórdão 819/2005, no sentido de que, para atender o disposto no inciso III do art. 26 da Lei de Licitações, poder-se-ia fazer uma comparação entre os preços praticados pelo fornecedor exclusivo junto a outras instituições públicas ou privadas".

No mesmo sentido é o teor da Orientação Normativa nº 17 da Advocacia-Geral da União:

"A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e /ou privados, ou outros meios igualmente idôneos".

Conforme documentos acostados aos autos, todos os preços coletados estão acima do valor cobrado à Polícia Federal, demonstrando que a contratação é vantajosa para a Administração.

Por outro lado, com o fim de resguardar o interesse público e obter a proposta mais vantajosa possível, também foram coletados preços cobrados por outras instituições para cursos com temática similar referente ao ano de 2022, o que resultou em valores superiores ao ofertado para o evento em epígrafe, nos termos dos descritivos de divulgação juntados aos autos.

Por todo o exposto e considerando os preços praticados no mercado, afirma-se que a contratação é vantajosa para a Administração Pública e atende o interesse na capacitação de pessoal.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Por se tratar de evento de capacitação, singular, e que agrega um grau de confiança no executor, não há que se falar em parcelamento ou divisibilidade do objeto. Nota-se que objeto da contratação é a participação de servidores em evento de capacitação aberto a quaisquer interessados, de acordo com o conteúdo e dinâmica estabelecidos pela contratada, sem qualquer ingerência da contratante.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Os serviços pretendidos não geram obrigações correlatas e ou interdependentes, exaurindo os efeitos a partir do cumprimento das obrigações entre as partes contratantes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está incluída no Plano de Contratações Anual da Polícia Federal para o exercício de 2022, registrado pelo número 2033.

A Resolução nº 005-CGPF/PF, de 12 de agosto de 202, destacou a valorização dos servidores como objetivo estratégico da Polícia Federal, tendo como ação estratégica a gestão por competência, diante da qual serão fornecidos treinamento e capacitação adequados.

Ademais, o Programa de Desenvolvimento de Pessoas - PRODEP para o quadriênio 2020/2023, instituído pela PORTARIA Nº 12.655, de 06 de maio de 2020, estabelece como área estratégica a capacitação em fiscalização e gestão de contratos, licitações e compras públicas, com o objetivo de otimizar o emprego dos bens e recursos materiais.

Pode-se citar, ainda, a Política de Desenvolvimento de Pessoal da Polícia Federal, instituída pela Portaria nº 6194-DG/DPF, de 16 de março de 2016, que prevê, em seu artigo 2º:

“Art. 2º: São finalidades da Política de Desenvolvimento da Polícia Federal:

I - Melhorar a qualidade, a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Federal;

II - Desenvolver as competências individuais em função dos objetivos da instituição.

Assim, observa-se a relação entre o evento pleiteado e a política estratégica da Polícia Federal de capacitar os servidores, principalmente porque os agentes públicos alvo do evento atuam diretamente com recursos públicos, sendo um dos fatores críticos de sucesso da instituição a constante atualização e aprimoramentos imprescindíveis ao desenvolvimento de suas atividades

Por ser uma área estratégica para economia de recursos públicos, os servidores que trabalham com licitação, fiscalização e gestão de contratos devem estar preparados para desempenhar o trabalho utilizando as ferramentas e recursos que primam pelo respeito aos princípios da Administração Pública, principalmente pela economia ao erário público e pela eficiência.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Após esta ação de capacitação, espera-se que haja uma melhoria na contratação de serviços de terceirização que não representem, meramente, o simples fornecimento de mão de obra.

Acredita-se que com os conhecimentos adquiridos seja possível aos capacitados apresentar alternativas e mecanismos viáveis para contratação de serviços de forma segura e eficiente, enfrentando os desafios relacionadas ao planejamento das contratações, incluindo a necessária construção dos Estudos Técnicos Preliminares, a previsão de documentos de habilitação específicos e necessários para a boa seleção dos fornecedores de serviços, bem como o enfrentamento das principais dificuldades na elaboração e análise das planilhas de custos e formação de preços.

Além disso é esperada uma melhoria nos procedimentos fiscalizatórios mais relevantes, em especial na aplicação do IMR, boas práticas de gestão contratual e a busca pela manutenção do equilíbrio econômico-financeiro em contratos de natureza continuada..

13. Providências a serem Adotadas

Após a aprovação da contratação deverão ser providenciadas com antecedência a emissão das passagens aéreas para deslocamento dos participantes ao local do evento.

Considerando que a capacitação ocorrerá na cidade de Foz do Iguaçu/PR, em local disponibilizado pela contratada, não existe qualquer necessidade de adequação ao ambiente do órgão para execução do serviço.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando que a contratação envolve a prestação de serviço técnico de capacitação e aperfeiçoamento profissional, eminentemente intelectual, salvo melhor juízo, não há impactos ambientais relevantes a demandar tratamento específico.

No entanto, espera-se que a contratada faça a devida destinação das embalagens que envolvem os materiais, equipamentos e demais instrumentos acessórios essenciais à prestação dos serviços.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Responsáveis

RICARDO VITOR DUARTE

EPF